



Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro

Guilherme Casarões

Introdução

Nas eleições de 2018, a política externa saiu da cozinha e entrou na sala de estar. Mas, em vez de sentar-se educadamente com os demais, causou transtorno e espanto ao subir em cima da mesa. De tema secundário nos debates eleitorais¹, os temas ligados à diplomacia e integração regional foram motivo de muita polêmica ao longo da corrida presidencial. Isso se deveu a dois fatores fundamentais: em primeiro lugar, a polarização entre petismo e antipetismo, que parece ter atingido seu auge neste ciclo eleitoral, colocou em evidência determinadas relações – chamadas, com conotações negativas, de “ideológicas” – estabelecidas pelos governos do PT com países como Cuba ou Venezuela, símbolos da esquerda autoritária. A utilização eleitoral, como tática de medo, do relacionamento com vizinhos latino-americanos não somente contaminou o debate sobre integração regional, como também disseminou analogias contrárias ao PT, segundo

as quais o partido transformaria o Brasil em “uma nova Venezuela”², obstruindo qualquer diálogo construtivo sobre o futuro daquele país.

Em segundo lugar, a candidatura de Jair Bolsonaro apresentou-se como um polo novo, de extrema direita, com traços liberais na economia e profundamente conservador nos costumes. Sua orientação era não somente antipetista, como antissistema. Isso forçou o PT para uma posição mais à esquerda – que se manifestou, entre outras coisas, nas propostas de uma constituinte popular e de controle social das instituições democráticas – e criou um “centro ampliado” com pequenas variações programáticas, ocupado por candidaturas como as de Ciro Gomes, Marina Silva e Geraldo Alckmin. Com efeito, em muitas ocasiões, o candidato do PSL, capitão reformado do Exército, usou a política externa para criticar não somente o PT, mas determinados “consensos” da diplomacia brasileira – da mudança de posição quanto ao conflito israelo-palestino ao engajamento multilateral com temas sociais, como direitos humanos ou meio ambiente.

No âmbito eleitoral, a política externa surgiu em torno de quatro grandes temas: Venezuela, integração regional, China e a questão palestina. Não foram propriamente assuntos de debate (até mesmo porque a candidatura do PT, representada, originalmente, por Lula, não participou dos primeiros três encontros, ao passo que Bolsonaro, vítima de um atentado no dia 6 de setembro, não compareceu aos últimos quatro)³, mas apareceram, com certa frequência, em entrevistas com os candidatos, declarações de membros das equipes, bem como nos programas de governo.

Um dos objetivos deste artigo é, justamente, organizar e apresentar as posições gerais e específicas sobre política externa por parte das principais candidaturas à presidência da República (Jair Bolsonaro, Fernando Haddad, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Marina Silva), situando-as no quadro estrutural e conjuntural da política internacional. Para tanto, a primeira seção apresentará os aspectos gerais das propostas de política externa destas candidaturas, dividindo-os em objetivos, princípios e estratégias. A segunda seção entrará em cada um dos quatro temas de política externa que ganharam proeminência no debate público e na corrida eleitoral.

O segundo objetivo do artigo é discutir os principais desafios da política externa brasileira no governo eleito de Jair Bolsonaro, cuja candidatura trouxe importantes rupturas à tradição diplomática e às posições históricas do país. A terceira seção do texto, portanto, busca trazer uma leitura da vitória de Bolsonaro à luz de transformações domésticas e globais dos últimos tempos. A quarta seção explora o “xadrez político” do governo Bolsonaro e as implicações da correlação de forças entre grupos políticos bem definidos, que chamo de cinco “Bs” – Bíblia, bala, boi, bancos e Bolsonaro – para a política externa brasileira. Nesse contexto, também se traçará um histórico dos primeiros 40 dias após a eleição, mostrando as contradições e idas e vindas na composição do núcleo de política externa do governo e em suas primeiras decisões.

Aspectos gerais da política externa: objetivos, princípios e estratégias

De modo mais geral, pode-se analisar o conteúdo de política externa das candidaturas a partir de três componentes essenciais: objetivos, princípios e estratégias. Falamos de objetivos ao buscarmos responder à pergunta: “o que o Brasil quer do/no mundo?”. Creio que seja de comum acordo – entre políticos, diplomatas, acadêmicos e cidadãos em geral – a ideia de que a política externa deve servir de instrumento para o desenvolvimento nacional⁴.

O desejo pelo desenvolvimento, contudo, pode se manifestar de diferentes formas – ou envolver o cumprimento de objetivos secundários. Há quem acredite que o desenvolvimento (econômico, político, social) somente pode ser perseguido de maneira autônoma, independente, visando exclusivamente ao interesse nacional. Há aqueles que, por outro lado, creem que o pleno desenvolvimento do país só virá por meio da integração do Brasil ao mundo globalizado. Há, por fim, os que acreditam que o desenvolvimento está condicionado a alinhamentos específicos, seletivos, geralmente de caráter ideológico ou identitário, a partir dos quais os principais atributos nacionais possam se manifestar. No campo da teoria das Relações Internacionais, poderíamos, com certo grau de generalização, chamar a primeira posição de realista, a segunda de liberal, a terceira de construtivista⁵.

Com relação aos objetivos, os principais candidatos se agrupam da seguinte maneira: Ciro Gomes (PDT) e Fernando Haddad (PT) são *autonomistas*, no sentido de acreditarem na busca independente do desenvolvimento nacional, construída a partir de alianças estratégicas, de cunho político, e do comércio diversificado – tanto em termos de produtos quanto de parceiros. Eles se alinham com um grupo nacionalista/desenvolvimentista do Itamaraty, cuja tradição remonta à Política Externa Independente de Jânio Quadros/Afonso Arinos e João Goulart/San Tiago Dantas, e ao Pragmatismo Responsável de Ernesto Geisel/Azeredo da Silveira.

Fernando Haddad, em particular, adota como referência principal de seu projeto de inserção internacional a política externa “ativa e ativa” do governo Lula, buscando “retomar e aprofundar” a integração latino-americana, a cooperação sul-sul e o projeto dos BRICS, de modo a “apoiar o multilateralismo, a busca de soluções pelo diálogo e o repúdio à intervenção e a soluções de força”⁶. O registro de Ciro Gomes, dentro da chave autonomista, assume contornos econômicos, vinculados às suas ideias de desenvolvimento nacional. Para ele, a política externa “precisa servir a nossos interesses e a nossos valores, possibilitando ampliar, através de um projeto nacional de desenvolvimento, nosso espaço nas negociações políticas e comerciais globais, incluindo aquelas que se referem a mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável”⁷.

Geraldo Alckmin e Marina Silva, por sua vez, identificam-se com uma visão de mundo *liberal-institucionalista*, enfatizando a participação brasileira nos regimes multilaterais e no comércio internacional, sobretudo por meio da integração do Brasil às cadeias globais de valor, como formas de se atingir o desenvolvimento do país. Tal visão tem origens variadas, cujo traço comum é a adesão aos valores liberais do multilateralismo, dos direitos humanos e da democracia – e, em menor grau, o alinhamento com os Estados Unidos. Sua referência mais imediata é o governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Marina Silva, a política externa deve ser uma política de Estado, “orientada por princípios e valores, como a defesa dos direitos humanos, da democracia, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção, sem sujeição a relativizações de cunho ideológico”. Os compromissos do Brasil, em seu governo, seriam “o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a promoção da paz e da cooperação internacional”⁸.

Para Geraldo Alckmin, o Brasil deve defender “vigorosamente” valores como “democracia e os direitos humanos”, particularmente na América do Sul e orientar seu relacionamento externo pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁹.

Jair Bolsonaro, por fim, representa uma candidatura que persegue o desenvolvimento por meio da reconstrução da identidade internacional do Brasil. O critério de alinhamento é identitário, aproximando o Brasil de países *democráticos* e *desenvolvidos*, “que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil”. Em oposição a uma caracterização do que foi a estratégia sul-sul dos governos do PT, o programa de governo de Bolsonaro promete que o Brasil deixará de “louvar ditaduras assassinas” e de fazer “acordos comerciais espúrios” ou entregar “o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais”. Ao mesmo tempo, promete-se uma aproximação de “democracias importantes, como EUA, Israel e Itália”¹⁰.

Chamamos as aproximações propostas por Bolsonaro de identitárias na medida em que os países mencionados como potenciais aliados poderiam servir de modelo ao Brasil em, pelo menos, três níveis: (1) são democracias desenvolvidas; (2) representam, no plano simbólico, o núcleo da tradição judaico-cristã ocidental, por serem, respectivamente, as mais importantes nações evangélica, judaica e católica do mundo; (3) são governados, atualmente, por políticos de direita nacionalista, representados por Donald Trump, pelo premiê Benjamin Netanyahu e pelo vice-primeiro-ministro italiano, Matteo Salvini.

Falamos de valores sempre que tentamos responder à pergunta: “em que o Brasil acredita?”. Ao contrário da primeira, a resposta a essa pergunta é relativamente direta, pois está cristalizada no Artigo 4º da Constituição Federal de 1988¹¹. Direitos humanos, cooperação para o progresso, solução pacífica de controvérsias, integração regional, repúdio ao racismo – todos são valores identificados, de uma maneira geral, com os princípios liberais-internacionalistas que prevaleceram desde o fim da Segunda Guerra como elementos indissociáveis da ordem internacional multilateral¹². Tais princípios estão em linha com a prática diplomática do Itamaraty no pós-guerra e são defendidos, na arena eleitoral, por Marina, Alckmin e Haddad, com ênfases variadas.

Aqueles que se opõem a essa noção liberal-internacionalista defendem que cada país possa se emancipar a partir de seus atributos morais e culturais próprios, sem a interferência ou ingerência de países ou organizações internacionais. Também conhecidos como “anti-globalistas”, advogam por uma ideia radical de soberania e autodeterminação dos povos – elementos também presentes na Constituição – que às vezes se mistura com elementos de nacionalismo, protecionismo e rejeição ao multilateralismo.

Ainda que, de um modo geral, a candidatura de Ciro Gomes estivesse em linha com os valores internacionalistas, alguns elementos de seu plano de governo sugeriam o contrário, como na afirmação, por exemplo, de que “política exterior há de servir aos interesses e valores *reais* da nação, não à busca de protagonismo e prestígio” ou de que o Brasil deve perseguir a “busca da governança global *sem governo global*”¹³.

Jair Bolsonaro, por sua vez, sugere coisa parecida em seu programa: “a estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de *valores que sempre foram associados ao povo brasileiro*”¹⁴. Em entrevista, o candidato afirmou que deixaria a ONU caso fosse eleito: “saio fora, não serve para nada, é um local de reunião de comunistas e de gente que não tem o menor compromisso com a América do Sul”¹⁵. Com sua eleição, o lado anti-globalista de sua política externa começou a ficar mais pronunciado, elemento que exploraremos na próxima seção.

Falamos de estratégias, finalmente, ao decidirmos sobre os meios que nos levam aos objetivos nacionais, ou perguntarmos “como o Brasil deve chegar lá?”. Neste quadro, à parte das questões específicas, é possível pensar em dois caminhos básicos. O primeiro é a construção, a defesa e o reforço de uma agenda multilateral, que servirá de plataforma para a realização dos interesses do país. O segundo é o estabelecimento de uma rede de relações bilaterais, de extensão variável, que possa atender aos objetivos brasileiros. De fato, ao longo do século 20, a estratégia da política externa brasileira intercalou períodos de multilateralismo e de bilateralismo¹⁶.

Nesse sentido, podemos classificar como multilaterais as propostas dos candidatos Haddad, Ciro e Marina. As duas primeiras apostam em uma estratégia de ampliar a margem de influência brasileira pela revisão das regras do multilateralismo, rumo a um mundo mais multipolar.

No programa de governo do candidato petista, faz-se referência à necessidade do reforço da integração regional, do Fórum IBAS e do grupo BRICS e seus instrumentos principais (Acordo Contingente de Reservas e Novo Banco de Desenvolvimento), além da reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança¹⁷.

No documento apresentado pelo presidenciável do PDT, dá-se ênfase à ideia do Brasil como potência emergente, que “há de reconciliar o fortalecimento de nossa posição dentro da ordem mundial existente com a busca de outra ordem mundial, em colaboração com nossos parceiros e amigos”, ressaltando a importância das coalizões entre países, “sejam regionais” (Mercosul e UNASUL), “com determinadas semelhanças” (BRICS) ou “de propósito específico” (como os tratados climáticos)¹⁸.

A candidata da Rede, por sua vez, não fala de revisionismo, mas de maior engajamento brasileiro no multilateralismo: “Nosso protagonismo nas negociações multilaterais por meio da Organização das Nações Unidas e demais organismos multilaterais e regionais será fortalecido e ampliado”¹⁹.

Alckmin, em seu enxuto programa, apresenta uma mescla das duas estratégias, ao focar na dimensão multilateral para os temas sociais, enfatizando o compromisso brasileiro com os ODS, e no bilateralismo por acordos comerciais²⁰. Bolsonaro, por fim, apresenta-se claramente como um “bilateralista”, conforme expresso tanto no seu programa de governo (“ênfase nas relações e acordos bilaterais”) quanto na sua rejeição pública ao multilateralismo²¹.

Aspectos específicos dos programas de política externa

Com relação aos temas específicos, a posição dos candidatos se organiza a partir de um eixo tradicional entre direita e esquerda. Serão apresentadas quatro temáticas (Venezuela, integração regional, China e a questão palestina), escolhidas em função de seu grau de saliência no debate público durante o período eleitoral. Enquanto as relações com Nicolás Maduro e a diplomacia para Israel-Palestina foram temas bastante polarizados, percebeu-se um pouco mais de moderação (ainda

que não sem discordâncias) no tratamento dos temas de integração regional e relações com a China. Em todos os casos, o candidato Jair Bolsonaro representou um polo de ruptura tanto com os governos petistas quanto com as orientações tradicionais do Itamaraty.

Venezuela

A Venezuela, em particular, transformou-se em uma espécie de baliza para definir não só a orientação ideológica das candidaturas, mas seu grau de afinidade com o legado petista. Ao longo da campanha, o próprio candidato do PT foi minimizando as declarações da cúpula do partido em apoio ao regime de Nicolás Maduro: “Eu reconheço que há um problema de mediação entre as forças políticas de oposição e situação”, disse o presidenciável. “O Brasil tem que ter um papel de liderança nos países vizinhos que essas tendo conflitos. Não é papel do Brasil tomar partido.”²². Dias depois, associou a crise venezuelana à ingerência dos EUA no continente: “Não podemos permitir que os americanos se metam na América do Sul (...). Temos de chamar a ONU”²³.

Ciro Gomes mostrou-se ambíguo quanto ao governo venezuelano. No afã de sinalizar ao eleitorado do PT, no contexto da indefinição da candidatura do ex-presidente Lula, chegou a afirmar que “a Venezuela é uma democracia tão democrática quanto a brasileira e a americana”, ainda que não apoiasse o governo Maduro e que defendesse uma solução democrática, liderada pelo Brasil²⁴. Em entrevista ao programa Roda Viva, chamou a oposição venezuelana de “fascista, neonazista e entreguista”²⁵.

Marina Silva foi contundente ao dizer que a Venezuela já não é mais uma democracia e solicitar “uma ação conjunta e diplomática na América Latina” para ajuda humanitária ao povo venezuelano²⁶. Um ano antes, seu partido, a Rede Sustentabilidade, havia lançado nota de repúdio ao “governo autoritário” de Nicolás Maduro, exigindo o fim das medidas de exceção, ainda que reconhecesse as conquistas sociais da assim chamada “Revolução Bolivariana”²⁷.

Seguindo uma tradição de alinhamento com a oposição venezuelana desde os governos do PT, Geraldo Alckmin expressou preocupação com a situação no país vizinho em termos bastante duros, culpando

aas condições políticas e econômicas da Venezuela pela instabilidade sul-americana “Maduro lidera um governo autoritário, quebrou o país, a inflação está fora de controle, o país está mergulhado em profunda recessão, a produção de petróleo está em queda e as medidas econômicas tomadas se mostram inócuas”²⁸. Ainda assim, foi categórico ao repudiar qualquer saída militar para a crise venezuelana, em linha com a tradição diplomática do Brasil na região.

Bolsonaro, por sua vez, mostrou-se favorável a sanções econômicas brasileiras contra a Venezuela. Membros de sua equipe, como o filho e deputado federal reeleito, Eduardo Bolsonaro, o candidato a vice, general Hamilton Mourão, e o deputado federal eleito pelo PSL, Luiz Philippe de Orleans e Bragança – um dos primeiros cotados a assumir a chancelaria –, foram além e comentaram sobre a possibilidade de apoiar uma intervenção militar no país. “O general Mourão já falou: a próxima operação de paz do Brasil vai ser na Venezuela. Vamos libertar nossos irmãos venezuelanos da fome e do socialismo”, disse o filho de Bolsonaro, em pronunciamento, durante o segundo turno²⁹.

O descendente da família real brasileira e defensor radical do liberalismo foi ainda mais duro. Perguntado como resolver o problema venezuelano, a resposta foi direta: “tirar o (presidente Nicolás) Maduro do poder, para a Venezuela deixar de ser uma ditadura”. Ressalvando que “nosso modelo constitucional não permite que façamos uma interferência militar na Venezuela junto com a Colômbia, como seria a predisposição inicial”, ele afirmou que as soluções passariam por “fazer uma polícia de fronteira, uma série de cerceamentos de patrimônio venezuelano no Brasil, bloquear acesso de governantes da Venezuela para entrada no Brasil”³⁰.

De fato, segundo informações da Folha de S. Paulo, o governo colombiano de Iván Duque chegou a procurar a campanha de Bolsonaro e afirmar seu compromisso com a derrubada de Nicolás Maduro, caso o Brasil ou os Estados Unidos se dispusessem a encabeçar a intervenção militar. A informação, negada publicamente pelas autoridades da Colômbia, mas mantida pelo jornal³¹, está em linha com a declaração do deputado-eleito Orleans e Bragança, da semana anterior.

Integração regional

Assim como o tema venezuelano, a integração regional polarizou opiniões entre as candidaturas. Os concorrentes à esquerda mantiveram a política de integração política e econômica via Mercosul e demais organismos regionais, como a Unasul. Haddad, em particular, dedicou um tópico inteiro do programa ao tema. Nele, fala em fortalecer as instituições integracionistas e promover “a integração das cadeias produtivas regionais, o desenvolvimento da infraestrutura e o fortalecimento de instrumentos de financiamento do desenvolvimento, como Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM e o Banco do Sul”³².

O programa de Ciro Gomes também discorre extensamente sobre a necessidade de “reanimação do nosso projeto sul-americano”, propondo a utilização da Unasul como plataforma para uma estratégia compartilhada de desenvolvimento, para a regionalização das cadeias produtivas e para combater “a instalação de bases militares de potências externas” ao continente sul-americano. “Cabe ao Brasil desempenhar liderança natural na América do Sul, mas evitar atos e gestos de hegemonia”, afirma o texto³³.

Marina Silva, por seu lado, vê a integração regional sob uma perspectiva essencialmente econômica, urgindo pela modernização do Mercosul, “livre de barreiras internas”, de modo a concluir as negociações com a União Europeia e com outros parceiros, e pela aproximação da Aliança do Pacífico, “visando um tratado de livre comércio”³⁴.

A posição de Geraldo Alckmin sobre integração regional também se orientou pelas questões econômicas. Não há nada específico em seu plano de governo, mas o coordenador do programa de governo em comércio exterior, embaixador Rubens Barbosa, manifestou diversas vezes a importância de se flexibilizar o Mercosul, de modo a garantir a conclusão das negociações com a União Europeia, e de dar uma guinada no comércio exterior rumo à Ásia, razão pela qual via com entusiasmo o ingresso brasileiro na Parceria do Trans-Pacífico (TPP) e o acercamento do Mercosul à Aliança do Pacífico. Vale dizer que todos esses processos já se iniciaram durante o governo Temer, de quem Barbosa disse representar certa continuidade³⁵.

Mesmo antes da candidatura, Jair Bolsonaro nunca escondeu seu repúdio ao Mercosul. Em um tweet de agosto de 2017, o deputado afirmou: “Precisamos nos livrar das amarras do Mercosul e partir para o bilateralismo. O Brasil tem autonomia para fazer comércio com o mundo todo!”³⁶. Um ano antes, no furor das reações ao Brexit, o parlamentar Eduardo Bolsonaro, que exerce grande ascendência sobre a área de política exterior do governo, comentou, com pouca precisão factual: “Bem que o Brasil poderia aproveitar o gancho do Reino Unido e fazer plebiscito p/ sair do Mercosul. Paraguai saiu e hj desponta na economia!”³⁷. [sic]

O programa de governo do candidato do PSL menciona que o Brasil deve redirecionar seu eixo de parcerias na América Latina, dando ênfase a “todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras” e às relações e acordos bilaterais³⁸. Durante o segundo turno, Bolsonaro telefonou para os presidentes Mauricio Macri, da Argentina e Mario Abdo Benítez, do Paraguai, além de declarar interesse em se aproximar do chileno Sebastián Piñera, em uma espécie de “aliança liberal”³⁹. Logo após a vitória de Bolsonaro, em coletiva à imprensa, o ministro nomeado da Economia, Paulo Guedes, fez duras críticas ao Mercosul, chamando o bloco de “totalmente ideológico” e “restrito demais” dentro do plano econômico do novo governo. “Mercosul não é prioridade”, afirmou a uma repórter do jornal argentino Clarín⁴⁰.

China

Ao contrário dos assuntos latino-americanos, a China foi um tema mais pacífico, uma vez que estamos falando do principal parceiro comercial brasileiro, que logra superávits bilionários ao Brasil, impulsionados pelo agronegócio. Ainda que não comente especificamente sobre as relações com a China em seu programa de governo, a candidatura de Fernando Haddad enfatizou a importância da relação com os BRICS e seus instrumentos de governança financeira. Vale lembrar que, durante os anos do PT no poder, a China tornou-se não somente o maior sócio em termos comerciais (a partir de 2009), mas também um *Parceiro Estratégico Global*, em 2012, status cuja principal característica é o alto nível do diálogo político-diplomático.

Ciro Gomes também elogia os BRICS, “um dos melhores instrumentos que temos para trabalhar pela revisão da ordem atual do mundo”,

mas recomenda cautela quanto à China. Seu programa de governo urge pelo “desenvolvimento e reconstrução” da relação com a China, “condicionando o avanço da presença chinesa no Brasil à colaboração com nosso governo e nossas empresas na qualificação produtiva e tecnológica, inclusive de nossa agricultura, pecuária e mineração” e recusando uma “relação neocolonial”, seja com China ou com os Estados Unidos⁴¹.

Marina Silva e Geraldo Alckmin não fizeram menções específicas à China nos respectivos planos, mas comentaram sobre o assunto em entrevistas. A candidata da Rede recomenda atenção especial à ampliação das relações com a China⁴², esforçando-se na melhora da composição da pauta exportadora brasileira, “estimulando a substituição das indústrias de baixo custo por indústrias intensivas em conhecimento”. Além disso, ela defendeu que o Brasil estabelecesse diálogo construtivo com o governo chinês para garantir a “concorrência leal”, no âmbito do comércio, e o atendimento das expectativas brasileiras em termos de investimentos⁴³.

O candidato tucano, por sua vez, deixou que representantes de campanha se manifestassem sobre a China. Tanto sua candidata a vice, a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), quanto o embaixador Rubens Barbosa, ressaltaram a centralidade do comércio com os chineses. Apontaram, no entanto, que o Brasil deveria melhorar os termos de troca com a China, não permitindo especulações do parceiro contra os produtos brasileiros⁴⁴. Barbosa, em particular, sublinhou que os chineses são dependentes do Brasil para segurança alimentar, não o contrário, o que colocaria nosso país em posição favorável nas negociações⁴⁵.

Dos principais candidatos, Jair Bolsonaro foi o único que adotou uma retórica sinofóbica desde antes da campanha. “A China não está comprando no Brasil, está comprando o Brasil”, repetiu em diversas entrevistas⁴⁶. No Twitter, ao constatar que os chineses haviam assumido o controle de 20% do mercado de sementes de milho no Brasil, o então pré-candidato afirmou: “o País está perdendo o controle da produção primária e da sua própria segurança alimentar. É preciso estabelecer limites legais, urgentes e propositalmente não utilizados nesta área”⁴⁷.

Meses mais tarde, a decisão de realizar uma missão parlamentar a Japão, Coreia do Sul e Taiwan, com claros propósitos eleitorais,

irritou profundamente as autoridades chinesas, que consideraram a viagem, em nota enviada à comitiva do então deputado, uma violação do princípio de “Uma Só China” e, portanto, uma afronta “à soberania e integridade territorial da China” e à Parceria Estratégica Global China-Brasil⁴⁸. Poucos dias após a vitória de Bolsonaro, o jornal estatal chinês *China Daily* publicou editorial em tom de ameaça à economia brasileira e criticando a postura do presidente-eleito: “Ainda que Bolsonaro tenha imitado o presidente dos EUA ao ser vocal e ultrajante para captar a imaginação dos eleitores, não existe razão para que ele copie as políticas de Trump” (de enfrentamento da China), alertou o periódico⁴⁹.

A questão palestina

Tal como a Venezuela, a tomada de lado no chamado conflito israelo-palestino possui grande simbolismo ideológico: enquanto a esquerda, de maneira geral, se identifica com a causa palestina, a direita – seja ela liberal ou conservadora – demonstra sua admiração por Israel. É possível, por exemplo, encontrar duras referências contra Israel e em favor dos palestinos nos sites do PDT⁵⁰, do PSOL (que apoia formalmente o movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções – BDS – contra Israel)⁵¹ e do PT – dos três, o mais moderado, sempre enfatizando a chamada “solução de dois Estados”, ainda que apoie incondicionalmente a causa palestina⁵².

A Rede não possui posições cristalizadas sobre o tema e nem sequer o menciona em seu site oficial. A única referência feita por Marina Silva quanto ao conflito foi numa entrevista a Glenn Greenwald, do site *The Intercept*, em que reproduziu o discurso de equidistância da diplomacia brasileira: “Nós não vamos conseguir resolver o conflito se não tivermos uma grande capacidade de mediação, de entender que o povo palestino tem seus direitos, que o povo israelense tem seus direitos e que nós não devemos a priori focar apenas em um dos lados”⁵³.

A despeito da proximidade tucana com a comunidade judaica brasileira – observada, entre outras coisas, pela atuação de parlamentares paulistanos, como Floriano Pesaro⁵⁴ –, o PSDB também adotou um discurso histórico de equidistância⁵⁵. Nas eleições de 2018, mesmo que Geraldo Alckmin não tenha se pronunciado sobre o tema, ele recebeu o

apoio da maioria dos judeus brasileiros, segundo afirmação de Fernando Lottenberg, presidente da Confederação Israelita do Brasil (CONIB)⁵⁶.

Dada a importância relativamente baixa da questão palestina para o debate eleitoral, somente Jair Bolsonaro e Fernando Haddad se detiveram sobre o tema, dentre as principais candidaturas. No caso do petista, a substância da posição da candidatura reproduziu tanto o apoio histórico do PT à causa palestina quanto os atos diplomáticos do governo Lula, cuja política externa “foi marcada pela construção da paz”: “o reconhecimento do Estado da Palestina foi um ato corajoso que indicou o único caminho possível para a Paz no Oriente Médio” (p. 12). Nos meses anteriores à eleição, o PT havia lançado notas de repúdio à decisão unilateral do presidente Donald Trump de transferir a embaixada dos EUA para Jerusalém, atitude que “contraria todas as decisões e tratados internacionais, praticamente impedindo qualquer tentativa de negociação de paz para a região”⁵⁷.

Bolsonaro, por outro lado, marcou sua trajetória recente pelo apoio incondicional aos israelenses. Originalmente, o apreço por Israel parecia motivado por mero antipetismo. A primeira vez que o deputado manifestou-se publicamente sobre Israel foi numa carta endereçada ao governo israelense, em 2014, em que pediu desculpas pelo comportamento “bolivariano” do governo Dilma diante da guerra em Gaza, comparando o passado da presidente durante o regime militar aos atos do grupo Hamas⁵⁸.

Aos poucos, o então deputado foi sofisticando sua defesa de Israel. Em maio de 2016, por ocasião da comemoração dos 68 anos da independência israelense, Bolsonaro viajou ao país, acompanhado de seus três filhos e uma comitiva de sua legenda, o Partido Social Cristão (PSC), encabeçada pelo pastor e ex-presidenciável Everaldo Pereira. A viagem – que, segundo o próprio Bolsonaro, já fazia parte dos “preparativos para 2018”⁵⁹ – teve como justificativa oficial “conhecer setores em que Israel, a única democracia do Oriente Médio, é líder global, como tecnologia, agricultura e segurança”⁶⁰. De fato, desde então, temas ligados a irrigação do semiárido e tecnologias de segurança pública passaram a ter Israel como referência obrigatória no discurso do deputado.

O significado da visita, contudo, transcendeu as questões materiais e se afirmou no campo espiritual. Um dos grandes eventos da viagem

a Israel foi o batismo de Jair Bolsonaro nas águas do rio Jordão, local sagrado para os cristãos, pelas mãos do Pastor Everaldo, ligado à Assembleia de Deus⁶¹. Foi a maneira que o deputado encontrou de se aproximar do crescente eleitorado evangélico, a partir de uma dupla simbologia: o batismo e conversão, por um lado, e a aproximação de Israel, por outro.

Isso porque, em diversas igrejas brasileiras, ganhou força, nos últimos anos, o movimento do sionismo cristão⁶². Originado nos Estados Unidos, este fenômeno se caracteriza por um entendimento geral de que o povo de Israel foi escolhido por Deus e deve, portanto, ser louvado⁶³, e por uma leitura específica da escatologia bíblica, segundo a qual a profecia da segunda vinda de Jesus passa pelo retorno dos judeus à Terra Santa⁶⁴. Um dos sinais dessa dimensão profética, de acordo com lideranças cristãs, foi a transferência da embaixada norte-americana para Jerusalém, tese que ganhou força entre os parlamentares brasileiros da bancada evangélica a partir de 2017⁶⁵.

Por isso mesmo, uma das principais promessas de campanha de Jair Bolsonaro, no quadro maior do conflito israelo-palestino, era seguir os passos de Trump e transferir a embaixada brasileira. Em entrevista a um canal do YouTube, logo após o anúncio da decisão norte-americana, em dezembro de 2017, o pré-candidato chegou a dizer que “faria um Ctrl+C, Ctrl+V, ou seja, repetiria, palavra por palavra, o decreto do Trump”⁶⁶. Ao longo do ano eleitoral, repetiu a promessa diversas vezes em entrevistas⁶⁷ e atos de campanha⁶⁸, sempre associando a questão da embaixada a uma vontade divina⁶⁹.

Mas a postura pró-israelense de Bolsonaro não buscou agradar somente aos evangélicos. O núcleo anti-globalista da campanha do deputado, liderado pelo Filipe G. Martins, assessor internacional do PSL, também via a aproximação entre Brasil e Israel como elemento fundamental da política externa do futuro governo, por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, seria um movimento de fortalecimento da relação entre Brasília e Washington, importante para o combate mundial ao globalismo, iniciado por Donald Trump para salvar a civilização ocidental⁷⁰; em segundo lugar, seria uma maneira de fortalecer os vínculos anti-globalistas em nível internacional, uma vez que Israel, sob a batuta de Benjamin Netanyahu, tornou-se exemplo a ser seguido “no que diz respeito à defesa da soberania nacional e à resistência

contra as interferências indevidas dos globalistas”, uma vez que “foi a primeira nação a ter se conscientizado de modo mais concreto sobre os riscos do globalismo”⁷¹.

Ao construir uma narrativa de aliança incondicional com Israel, o candidato Jair Bolsonaro hostilizou a Palestina, cujas relações com o Brasil vinham se fortalecendo desde a década de 1990, com a elevação do Escritório de Representação da Autoridade Palestina à condição de embaixada, por parte do governo FHC, e o subsequente reconhecimento da soberania palestina pelo presidente Lula, em 2010⁷².

Durante a campanha, Bolsonaro afirmou que, caso eleito, fecharia a embaixada palestina no Brasil, negando aos palestinos a possibilidade de um Estado e chamando-os de terroristas: “A Palestina, não sendo país, não teria embaixada aqui... não pode fazer puxadinho, se não, daqui a pouco, vai ter uma representação das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) aqui também”. O candidato ainda criticou a decisão de abrir a embaixada no Brasil, erroneamente atribuída à presidente Dilma (o escritório foi aberto em 1993, durante o governo Itamar Franco): “A Dilma negociou com a Palestina e não com o povo de lá... você não negocia com terrorista”⁷³. A declaração gerou descontentamento entre lideranças árabes no Brasil, como o presidente do Centro Cultural Árabe-Brasileiro (CCAB), Ahmed Ramadan, que disse que Bolsonaro “não tem cultura (...), ele precisa estudar”⁷⁴.

Entendendo o “fenômeno Bolsonaro”

Pode-se dizer que a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições brasileiras de 29 de outubro de 2018 se explica, em uma avaliação preliminar, pela conjugação de três elementos substantivos e uma novidade em termos formais. O primeiro deles é o forte sentimento antipetista que pauta a política nacional desde, pelo menos, a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em 2014, estimulado pelos meios de imprensa, pelos desdobramentos da Operação Lava Jato e pelo processo de impeachment⁷⁵ – e do qual o presidente-eleito se nutriu desde então. O segundo, face oposta do primeiro, relaciona-se à impossibilidade de o PT oferecer uma alternativa eleitoral: seu principal candidato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi preso em abril e teve sua candidatura barrada

em setembro, há pouco mais de um mês do primeiro turno, com base na lei da Ficha Limpa⁷⁶.

O terceiro é o descontentamento generalizado com o sistema político, efeito não somente dos escândalos de corrupção que acometeram, virtualmente, todos os principais partidos, como também do mal-estar político e econômico que eclodiu desde as manifestações de junho de 2013. Como decorrência, observou-se a fragmentação do centro político e eleitoral: na corrida presidencial, nada menos que três candidatos principais – Ciro, Marina e Alckmin – mais Henrique Meirelles (MDB) e Álvaro Dias (Podemos) puderam ser considerados centristas, disputando grupos semelhantes do eleitorado⁷⁷.

O triunfo da polarização sobre a fragmentação fez com que esse centro se esvaziasse às vésperas do primeiro turno, legando aos três candidatos “moderados” um desempenho historicamente pífio. Ciro, que se projetou como “terceira via” na reta final da disputa, alcançou patamar semelhante ao que obteve em sua última candidatura, em 2002 – 11,97% (10,1 milhões de votos) de então contra 12,47% (13,3 milhões de votos) deste pleito. Marina, que tivera excelentes resultados nas duas últimas corridas, despencou de 21,32% (22,2 milhões de votos) em 2014 para 1% (1,1 milhões de votos) em 2018, amargando o oitavo lugar. Alckmin, mesmo contando com a máquina do PSDB e com o apoio do “centrão”, que lhe logrou mais de 6 minutos de tempo de TV, teve a pior performance de um candidato tucano à presidência, obtendo 4,76% (5,1 milhões de votos) em 2018, contra 41,64% (40 milhões de votos) em 2006. Destaca-se, ademais, o bom resultado do candidato principiante do partido Novo, João Amoêdo, que ficou em quinto lugar, com 2,5% (2,7 milhões de votos).

A soma destes fatores ao polêmico uso das redes sociais, notadamente o Whatsapp, para a disseminação de informações de campanha e *fake news* sobre os oponentes⁷⁸, transformou Jair Bolsonaro no maior fenômeno eleitoral da história política brasileira⁷⁹. Insuflando os sentimentos antipetistas e anti-sistêmicos, o candidato tornou-se cabo eleitoral de nada menos que 52 deputados federais – dentre eles, o próprio filho, Eduardo Bolsonaro, além de figuras como Luiz Philippe de Orleans e Bragança e a jornalista Joice Hasselmann –, além de uma centena de deputados estaduais e mais de uma dezena de governadores e de senadores⁸⁰. Mais que isso: conseguiu amealhar o voto útil do

primeiro turno, que desidratou o centro e lhe garantiu uma passagem tranquila para a volta final, contra um PT, representado por Fernando Haddad, com dificuldades de articulação dentro do próprio campo da esquerda⁸¹.

O lado internacional do “fenômeno”

Para além da dimensão eleitoral, entretanto, é importante compreender Bolsonaro no contexto da conjuntura política global. O “fenômeno Bolsonaro” se conecta, ainda que de maneira imperfeita, a três macro-tendências internacionais. Nota-se, em primeiro lugar, um crescente apelo a soluções políticas quase-ditatoriais como forma de superar mazelas sociais, como criminalidade urbana, narcotráfico e corrupção, no espectro dos países emergentes. As versões mais brutas dessa truculência podem ser vistas nas Filipinas, com Rodrigo Duterte – a quem Bolsonaro foi comparado, em diversas ocasiões, durante a campanha⁸² – e na Indonésia, com Joko Widodo – cujas leis penais, como castração química para pedófilos e aval para a polícia matar traficantes, já foram repercutidas por Eduardo Bolsonaro⁸³. O primeiro-ministro da Índia, Nahendra Modi, também é criticado por flertar com o autoritarismo, principalmente em decorrência da série de prisões arbitrárias a ativistas de direitos humanos⁸⁴. A Turquia de Erdoğan, por sua vez, apresenta o modelo mais bem-acabado de uma sociedade democrática cada vez mais estruturada em instituições e práticas autoritárias⁸⁵.

Em segundo lugar, ao tentar promover-se como o “candidato dos evangélicos” – filiando-se, originalmente, ao PSC, batizando-se no pentecostalismo e fazendo discursos em prol de Deus e da família –, Bolsonaro dá força a grupos que pretendem rever a noção de Estado laico, reintroduzindo temáticas de cunho comportamental e religioso na agenda legislativa⁸⁶. Trata-se de um processo visível na Turquia, onde o presidente Erdoğan quer construir uma “geração de pios”⁸⁷, nos Estados Unidos, com o movimento *Tea Party*⁸⁸, em alguns partidos da direita europeia⁸⁹ e até mesmo na Rússia de Vladimir Putin, na qual se observa um movimento de aproximação entre governo e a Igreja Ortodoxa do país⁹⁰.

Por fim, e de maneira mais evidente, temos uma “onda conservadora” em nível global, que pode ser traduzida, em linhas gerais, pela rejeição

econômica e, sobretudo, política à globalização. Do ponto de vista econômico, não é difícil compreender que os efeitos profundamente recessivos da crise global de 2008 tenham reorganizado a política internacionalmente, unindo os “perdedores da globalização” em torno de candidatos protecionistas, nacionalistas e xenófobos – como Donald Trump, nos EUA, Marine Le Pen, na França, Geert Wilders, na Holanda e Beppe Grillo, na Itália – e em torno de decisões contrárias à integração regional, como o Brexit⁹¹.

Mais recentemente, popularizou-se uma categoria analítica para abarcar todos esses movimentos conservadores no Ocidente, o chamado anti-globalismo. Trata-se de uma reação, não necessariamente coordenada, ao que alegam ser uma tentativa “globalista” de dominação mundial. O globalismo, como projeto político, visaria à construção de um governo global, por parte das elites econômico-financeiras ocidentais, construindo seu controle total pela imposição de uma cultura única e transnacional. Para tanto, tais elites se valeriam de alguns expedientes, sendo o mais importante deles o “marxismo cultural”, proposto pelo sociólogo italiano Antonio Gramsci⁹². O socialismo, neste caso, seria não um instrumento de revolução no plano material, mas no ideológico – ou seja, o processo de aculturação gradativa das sociedades por meio da lenta corrosão dos três pilares da civilização ocidental, de matriz judaico-cristã: Deus, a nação e a família.

Um segundo expediente, ligado ao primeiro, seria a construção artificial de causas e problemas globais, de modo a justificar a existência e a expansão de um governo mundial⁹³. Isso se dá, especialmente, pelas mãos das elites meta-capitalistas – as poucas famílias que detêm controle sobre as grandes fortunas mundiais, e que se articulam no Clube de Bilderberg, no *Council on Foreign Relations* e na Comissão Trilateral⁹⁴ – que financiam organizações não-governamentais, fundações empresariais, partidos políticos e governos na defesa de pautas progressistas e identitárias ligadas ao ambientalismo, aos direitos de minorias, ao secularismo e a uma suposta “ideologia de gênero”. Tais pautas também são defendidas no âmbito das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, que produzem legislações que são impostas aos governos contra a vontade de seus cidadãos⁹⁵.

Tudo isso, segue o argumento, popularizado no Brasil pelo escritor Olavo de Carvalho e seus seguidores⁹⁶, teria como finalidade minar

as bases culturais e espirituais do Ocidente e abrir caminho para a dominação mundial. Políticos como Trump e Bolsonaro, de acordo com essa tese, são aqueles que salvarão a civilização ocidental do seu colapso iminente, derrotando o projeto globalista numa cruzada pelo fortalecimento dos valores judaico-cristãos⁹⁷. Eles se associarão a um grupo mais amplo de políticos europeus – do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, ao ministro do interior italiano, Matteo Salvini – que vêm se organizando em uma frente de eurocéticos e populistas de direita, liderada pelo ex-estrategista de campanha de Donald Trump e ícone da direita alternativa norte-americana, Steve Bannon. Essa frente, denominada “The Movement”, busca reunir partidos e políticos anti-establishment – e, sobretudo, antiglobalistas – em torno de estratégias comuns, visando ao seu triunfo eleitoral⁹⁸.

Ainda que Steve Bannon tenha negado qualquer vínculo formal com a campanha de Jair Bolsonaro no Brasil, ele chegou a endossar o candidato, em entrevista à BBC, às vésperas do segundo turno⁹⁹. Meses antes, o deputado Eduardo Bolsonaro publicou, em suas redes, foto ao lado de Bannon, com o seguinte comentário: “Conversamos e concluímos ter a mesma visão de mundo. Ele afirmou ser entusiasta da campanha [de] Bolsonaro e certamente estamos em contato [para] somar forças, principalmente contra [o] marxismo cultural”¹⁰⁰.

O xadrez político da política externa de Bolsonaro

O triunfo de Bolsonaro no segundo turno, com 55,13% (57,8 milhões de votos), contra 44,87% de Fernando Haddad (47 milhões de votos), marcado pelo acirramento da polarização política no país, fez com que seu projeto de inserção internacional assumisse contornos mais claros. Já no discurso de vitória, na noite da eleição, o presidente-eleito indicou que faria mudanças profundas com relação à diplomacia petista – e, em certo sentido, também daquela conduzida pelo presidente Michel Temer:

“Libertaremos o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos. O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas. Buscaremos relações bilaterais com países que possam agregar

valor econômico e tecnológico aos produtos brasileiros. Recuperaremos o respeito internacional pelo nosso amado Brasil”¹⁰¹.

Jair Bolsonaro foi prontamente parabenizado por lideranças internacionais¹⁰². Os presidentes Mauricio Macri, da Argentina, Sebastian Piñera, do Chile e Mario Abdo Benítez, do Paraguai, manifestaram suas congratulações pelas redes sociais e seu desejo de cooperação com o novo presidente¹⁰³. Opositores ideológicos, Evo Morales e Nicolás Maduro, também enviaram suas felicitações, em tom mais protocolar. Fora da região, os primeiros a acolher a vitória de Bolsonaro foram Matteo Salvini – que manifestou seu desejo pela rápida extradição do “terrorista vermelho”, Cesare Battisti¹⁰⁴ – além de Donald Trump¹⁰⁵ e Benjamin Netanyahu¹⁰⁶, que chegaram a telefonar ao presidente-eleito, em gesto de simbólico de apreço. Os mandatários dos Estados Unidos e de Israel, ademais, prometeram vir à cerimônia de posse do novo presidente¹⁰⁷. “O nanismo diplomático já é parte do passado”, celebrou o assessor internacional do PSL, em referência à querela entre Brasil e Israel sobre a invasão de Gaza, em 2014¹⁰⁸.

O novo governo já iniciou sua transição sob pressão diplomática. Dois dias depois da vitória, o presidente-eleito confirmou, pelas redes sociais, os planos de transferir a embaixada brasileira para Jerusalém: “Israel é um Estado soberano e nós o respeitamos”¹⁰⁹. Ao mesmo tempo, em longa entrevista ao jornal israelense Israel Hayom, Bolsonaro reiterou a promessa e voltou a dizer que fecharia a embaixada palestina e que mudaria o padrão de votação brasileiro sobre Israel nas Nações Unidas¹¹⁰. Na sequência, o premiê Netanyahu felicitou o brasileiro pelo passo “histórico, correto e empolgante”¹¹¹.

A reação árabe foi imediata. Hanan Ashrawi, deputada do Conselho Nacional Palestino, chamou de “provocadora” a decisão, “que é ilegal diante do direito internacional e que não faz nada mais que desestabilizar a região”¹¹². Ainda mais dura foi a posição do Hamas que, por meio de seu porta-voz, Sami Abu Zuhri, afirmou que considera a transferência da embaixada “um passo hostil ao povo palestino e à nação árabe e islâmica”¹¹³. Ao longo da semana do anúncio, a Liga dos Estados Árabes, a Organização para a Cooperação Islâmica¹¹⁴ e o governo do Catar¹¹⁵ urgiram o novo governo a não efetivar a decisão. No dia 5 de novembro, por fim, o governo egípcio cancelou uma visita que o chanceler Aloysio Nunes faria ao Cairo, acompanhado de uma

delegação empresarial, o que foi interpretado por diplomatas brasileiros como retaliação às declarações de Bolsonaro¹¹⁶.

A questão de Jerusalém é ilustrativa das dificuldades que poderiam ser enfrentadas pelo novo governo nas suas pretendidas guinadas diplomáticas. À dura resposta dos países árabes, seguiram especulações de que o Brasil poderia colocar em risco o volumoso comércio de carne e frango halal com aquele grupo de nações – responsável por um superávit de US\$ 7,1 bilhões em 2017¹¹⁷ – além de uma série de produtos industrializados, de aparelhos médicos a escovas progressivas¹¹⁸. Também arriscaria suas tradicionais posições com relação ao conflito israelo-palestino, o que desagrada, em particular, o núcleo duro do Itamaraty. Nessa linha, de acordo com o embaixador aposentado Rubens Ricupero, a decisão do presidente-eleito se baseia em “muita ideologia, uma ideologia tosca, mal trabalhada”¹¹⁹. Poderia, ademais, colocar o Brasil na rota do terrorismo internacional, alerta feito pelo vice-presidente-eleito, general Hamilton Mourão, em entrevista: “É uma decisão que não pode ser tomada de afogadilho, de orelhada (...). Temos sempre que olhar a questão do terrorismo internacional oriundo da questão religiosa, que poderá ser transferida para o Brasil se houver um posicionamento mais forte em relação ao conflito do Oriente Médio”¹²⁰.

Portanto, o grande desafio do período pós-eleitoral foi, desde o começo, alinhar as expectativas de uma base heterogênea de apoio à candidatura de Bolsonaro, que passou a disputar espaços políticos, na indicação de ministérios e no gabinete de transição. Isso explica, entre outras coisas, as diversas sinalizações confusas e o comportamento errático de certas nomeações ao longo do primeiro mês de montagem da equipe. É possível decompor a constelação de forças que sustentarão o novo governo em cinco grupos fundamentais – os cinco “Bs” da política nacional:

1. A bancada evangélica (“Bíblia”), composta por inúmeras lideranças de diferentes igrejas, algumas politicamente rivais, mas unidas pelo apoio a pautas conservadoras, no plano doméstico, e pela defesa de Israel, no plano global;
2. A bancada ruralista (“Boi”), composta pelos representantes dos setores do agronegócio e da agroindústria, desejosos por manter os fluxos comerciais de seus produtos e apoiadores da liberalização dos mercados agrícolas globalmente;

3. O grupo composto pelos militares e pela bancada da segurança pública (“Bala”), preocupada com temas como o combate ao crime organizado, defesa das fronteiras, endurecimento da legislação criminal e reforço da soberania nacional;
4. O núcleo anti-globalista do governo, diretamente vinculado ao presidente (“Bolsonaro”), formado por parte expressiva da bancada eleita pelo PSL e por demais membros do partido e alinhados com o pensamento filosófico-ideológico de Olavo de Carvalho;
5. A equipe econômica (“Bancos”), liderada por Paulo Guedes e composta por economistas liberais provenientes do mercado financeiro, defensores da abertura econômica irrestrita, de privatizações e desregulamentação bancária.

A escolha do chanceler

Em se tratando de política externa, a disputa se manifestou na indicação do nome para o Ministério das Relações Exteriores e nas primeiras decisões concretas sobre a inserção global do país. Nas duas semanas que se seguiram à vitória nas urnas, circularam, como ministeriáveis, os nomes da senadora Ana Amélia Lemos (alinhada ao grupo ruralista), do Secretário de Assuntos Estratégicos do governo Temer, Hussein Ali Kalout (com bom trânsito entre militares e liberais) e do deputado eleito, Luiz Philippe de Orleans e Bragança (um liberal com inclinações anti-globalistas).

Diante da promessa de Jair Bolsonaro de que seu ministério não seria loteado ao sabor dos interesses partidários, nomes de diplomatas de carreira também foram cotados para assumir a chancelaria do novo governo. Duas figuras rapidamente despontaram: o embaixador Hélio Vitor Ramos Filho, assessor internacional do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e ex-cônsul-geral do Brasil em Miami, e o embaixador Ernesto Fraga Araújo, chefe do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos do Itamaraty. Ambos deram importantes sinalizações de seu alinhamento com os princípios e propósitos do novo governo, mas enfrentavam resistências internas, especialmente em decorrência de serem embaixadores jovens e com relativamente pouca experiência em chefia de postos no exterior.

No dia seguinte à eleição, Hélio Ramos publicou um artigo, em parceria com o embaixador Marcelo Dantas, que foi lido pelos colegas de ministério como uma espécie de “carta de intenções” à equipe de Bolsonaro¹²¹. O texto oferecia um roteiro sobre as principais medidas que o futuro presidente deveria tomar em matéria de política externa, com foco na diplomacia comercial, nas relações bilaterais e no protagonismo regional para o fortalecimento da democracia e do combate ao narcotráfico. Com relação ao tema de direitos humanos, os embaixadores alertavam contra as “pedaladas diplomáticas” brasileiras, artifício do grupo “liberal-progressista” do Itamaraty, que consistia em aprovar pautas progressistas na ONU e forçar para internalizá-las na legislação brasileira. “Se quiser obter sucesso no front internacional, precisará cercar-se de equipe coesa e fiel”, afirmava o texto¹²².

A movimentação de Ernesto Araújo, por outro lado, foi mais ostensiva. Desde antes do primeiro turno, o diplomata estreara um blog, sugestivamente denominado “Metapolítica 17”, em que passou a fazer campanha aberta a Bolsonaro. Na sua página pessoal, chamou o PT de “partido terrorista”, comparou a “atmosfera cívica” das manifestações pró-capitão às Diretas Já, descrevendo-as como “luta pela sobrevivência da pátria”, alertou para a dominação mundial da “China maoísta” e promoveu-se como um servidor público que quer, acima de tudo, “ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista”¹²³. Além disso, Araújo circulou longo texto publicado em 2017, em periódico do Itamaraty, em que tecia loas a Donald Trump, “o único que ainda pode salvar o Ocidente” de seus inimigos externos – o fundamentalismo islâmico – e, principalmente, dos internos – o globalismo e a falta de Deus¹²⁴. O artigo foi muito bem recebido pela equipe internacional do PSL, de inclinações anti-globalistas, e chegou a ser elogiado publicamente por Olavo de Carvalho¹²⁵.

Temerosos de que um chanceler ideológico pudesse colocar a política externa em risco, sobretudo à luz das turbulências geradas pela questão da embaixada em Jerusalém, os militares do núcleo governista começaram a pressionar pela indicação de um diplomata de carreira mais experiente e melhor aceito pelo Itamaraty – o que refletiria, inclusive, o forte senso de hierarquia castrense. O grupo liderado pelo general Augusto Heleno, futuro ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), indicou o embaixador aposentado José Alfredo Graça

Lima, ex-chefe da missão brasileira junto à União Europeia, especialista em negociações comerciais e próximo do núcleo tucano do Itamaraty¹²⁶.

Experiente, Graça Lima publicou um artigo no jornal *O Globo* posicionando-se em favor da alternância de poder, mas em defesa dos “princípios básicos que norteiam nossa trajetória diplomática”¹²⁷. Também chegou a dar opiniões públicas sobre temas comerciais e a defender que a execução da política comercial se mantivesse a cargo do Itamaraty no curto período em que foi cotado¹²⁸. Mas seu processo de “fritura” foi rápido: primeiro, o próprio presidente-eleito negou que soubesse da indicação¹²⁹. Na sequência, o assessor internacional do PSL desferiu ataques públicos ao embaixador: “Quem leu o artigo do Graça Lima hoje no Globo percebeu que ele não é bem uma opção do Bolsonaro, mas do establishment”¹³⁰. Horas antes, Filipe Martins tinha feito um alerta mais geral, mas igualmente contundente: “Quem quer que esteja recomendando diplomatas vinculados a FHC para chefiar o MRE tem em mente interesses estranhos aos da nação e contrários aos do presidente eleito”¹³¹.

Os dilemas da transição

Após duas semanas de expectativas, o nome de Ernesto Araújo foi finalmente confirmado como o próximo chanceler no dia 14 de novembro. Nas redes sociais, o presidente o chamou de “brilhante intelectual” e afirmou que a “política externa brasileira deve ser parte do momento de regeneração que o Brasil vive hoje”¹³². Diante da nomeação, o futuro ministro publicou uma carta emocionada em que manifestava seu desejo de fazer parte da mudança que o povo pedira nas urnas – parodiando, inclusive, o lema de campanha de Bolsonaro: “Itamaraty com amor e com coragem!”¹³³.

Ainda que as ideias de Ernesto Araújo sobre política externa não estejam totalmente claras, sua nomeação recebeu críticas de diversos tipos. O primeiro deles diz respeito à sua falta de experiência. Recém-promovido a Ministro de Primeira Classe, cargo mais alto na hierarquia do MRE, Araújo nunca chefiou um posto no exterior e comandava um departamento – terceiro escalão dentro do organograma. “É como se o presidente eleito tivesse indicado um general três estrelas para comandar a Defesa ou o Estado-Maior das Forças Armadas”, analisou uma fonte interna do Itamaraty¹³⁴.

O segundo conjunto de críticas diz respeito ao que ele já publicou em seu blog – e segue publicando – sobre a esquerda e o globalismo:

“A aplicação dessa ideologia [de esquerda] à diplomacia produz a obsessão em seguir os “regimes internacionais”. Produz uma política externa onde não há amor à pátria mas apenas apego à “ordem internacional baseada em regras”. A esquerda globalista quer um bando de nações apáticas e domesticadas, e dentro de cada nação um bando de gente repetindo mecanicamente o jargão dos direitos e da justiça, formando assim um mundo onde nem as pessoas nem os povos sejam capazes de pensar ou agir por conta própria”¹³⁵.

“Ao longo do tempo (...), a esquerda sequestrou a causa ambiental e a perverteu até chegar ao paroxismo, nos últimos 20 anos, com a ideologia da mudança climática, o climatismo (...). Esse dogma vem servindo para justificar o aumento do poder regulador dos Estados sobre a economia e o poder das instituições internacionais sobre os Estados nacionais e suas populações, bem como para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China”¹³⁶.

A reação veio, principalmente, de grupos ambientalistas, como o Observatório do Clima, que classificou a escolha do chanceler como “estorrecedora”, dizendo que ela contraria “uma longa tradição da política externa brasileira e traz o risco de tornar o Brasil um anão diplomático e um pária global”¹³⁷. Marina Silva, nas redes sociais, comentou a nomeação, dizendo que ela pode “produzir graves prejuízos para o Brasil”, pois jogaria por água abaixo “décadas de protagonismo nas negociações internacionais, sobre temas como comércio, direitos humanos e meio ambiente”¹³⁸.

De fato, o núcleo do novo governo já havia dado pistas de que tiraria o Brasil do mais importante tratado climático, o Acordo de Paris. O deputado Eduardo Bolsonaro, elo de ligação da família do presidente-eleito com o anti-globalismo, chegou a publicar um vídeo, em janeiro de 2018, reproduzindo argumentos negacionistas do clima com trechos de vídeos do professor Ricardo Felício, da USP, conhecido pelo seu combate ao “climatismo”, e de Olavo de Carvalho¹³⁹. Por outro lado, o argumento de Bolsonaro é mais pragmático e diz respeito aos supostos riscos que

o acordo poderia causar à soberania brasileira, fazendo referência ao fato de que o acordo apoiaria a preservação de um suposto “Triplo A”, corredor ecológico ligando Andes-Amazônia-Atlântico¹⁴⁰.

Idealizado pela fundação colombiana Gaia Amazonas, o conceito de Triplo A nunca saiu do papel e não foi discutido nas negociações de Paris. Ainda assim, após a eleição, Bolsonaro utilizou o mesmo argumento de preservação do patrimônio amazônico para retirar o nome do Brasil como sede da próxima Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, a COP-25, a ser realizada em 2019¹⁴¹. Marina Silva voltou a criticar a decisão publicamente: “Essa decisão e a defesa equivocada da saída do Acordo de Paris levará o país à irrelevância internacional nessa agenda. É mais do que constrangedor, é vergonhoso”¹⁴².

Membros do Itamaraty também se incomodaram com os posicionamentos do chanceler nomeado em seu blog. Em entrevista, o ex-chanceler dos governos Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva e ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, disse que a nomeação de Araújo “é como ver um filme surrealista com conotações de pesadelo” e que, caso suas ideias sejam colocadas em prática, o Brasil retornaria “à Idade Média”¹⁴³. A resposta do novo ministro foi rápida, em seu Twitter: “Não entendi se é crítica ou elogio, mas informo que não retornaremos à Idade Média, pois temos muito a fazer por aqui, a começar por um exame minucioso da “política externa ativa e altiva” em busca de possíveis falcatruas”¹⁴⁴.

Alguns dias mais tarde, o futuro chanceler elaborou uma resposta mais longa a seus críticos, dentro e fora do Itamaraty. Em artigo publicado na Gazeta do Povo, argumentou, em tom de revolta, que a missão confiada a ele por Bolsonaro é “libertar o Itamaraty”, seja ao extirpar a ideologia petista-marxista da diplomacia, seja ao trazer “o povo brasileiro” para o centro das preocupações diplomáticas. Para tanto, precisaria combater o “alarmismo climático”, o “terceiro-mundismo automático”, a “adesão às pautas abortistas e anticristãs nos foros multilaterais”, a “destruição da identidade dos povos por meio da imigração ilimitada” e a “transferência brutal de poder econômico em favor de países não democráticos e marxistas”¹⁴⁵. No dia seguinte, começou a circular no Whatsapp de servidores do Itamaraty um texto apócrifo, em reação ao artigo, em que Araújo é chamado de “Pastor das Relações Exteriores”, que deveria ter a dose aumentada de seu “remédio tarja negra”¹⁴⁶.

Por fim, um terceiro conjunto de críticas diz respeito ao silêncio do chanceler diante do ativismo de outros atores ligados ao governo em temas de política externa. Em 26 de novembro, o deputado reeleito Eduardo Bolsonaro, acompanhado de Filipe G. Martins, partiu para os EUA com o objetivo de “resgatar a credibilidade brasileira no exterior”¹⁴⁷. No roteiro, reuniões com o assessor de Trump, Jared Kushner, e com os senadores republicanos Ted Cruz e Marco Rubio, visitas à Câmara de Comércio Brasil-EUA e à Organização dos Estados Americanos, além de jantar de aniversário de Steve Bannon, “ícone no combate ao marxismo cultural”¹⁴⁸.

Citado como “filho do presidente-eleito do Brasil”, Eduardo deu uma entrevista à Fox News em que reafirmou as prioridades da política externa do novo governo: alinhamento a Washington, transferência da embaixada para Jerusalém e não-reconhecimento dos resultados da última eleição venezuelana. “Vimos mandar uma mensagem ao mundo, de que o Brasil não mais será um país socialista”¹⁴⁹.

No caminho de volta, o deputado ainda fez uma parada em Bogotá, onde se encontrou com os senadores conservadores María Fernanda Cabal e Álvaro Uribe, ex-presidente colombiano, e com Luigi Echeverri, conselheiro do presidente Iván Duque¹⁵⁰. Na pauta, Venezuela e combate ao narcotráfico na América Latina. A escala na Colômbia acertou os últimos preparativos para a realização da Cúpula Conservadora das Américas, versão de direita do Foro de São Paulo, realizada no dia 8 de dezembro, em Foz do Iguaçu – e que contou com a participação de Eduardo Bolsonaro, Luiz Philippe de Orleans e Bragança e Olavo de Carvalho, além de parlamentares e ativistas de México, Cuba, Paraguai e Colômbia¹⁵¹.

Jair Bolsonaro também fez uma importante movimentação diplomática após a eleição. Enquanto o filho estava em Washington, o presidente-eleito recebeu, na sua própria casa, o Assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton. Conversaram sobre Venezuela, Cuba, Jerusalém e relações bilaterais. Mas algumas de suas colocações entraram em conflito com as do filho. Enquanto Eduardo afirmou, categoricamente, que a questão da transferência da embaixada não era de “se”, mas de “quando”¹⁵², o presidente disse, evasivamente, que a decisão ainda era uma “possibilidade”. Sobre o regime de Maduro, o deputado reeleito falou que o Brasil recorrerá a mecanismos de sanções econômicas e congelamento de recursos previstos da Convenção

de Palermo¹⁵³, ao passo que o pai, dois dias mais tarde, disse que seu governo fará o possível, “pelas vias legais e pacíficas”, para resolver esse problema¹⁵⁴.

No princípio daquela mesma semana, o general Hamilton Mourão havia dado uma longa entrevista à Folha de S. Paulo, expondo visões bastante distintas sobre o futuro da política externa, em particular sobre Jerusalém, em que chamou atenção para o risco de colocar o Brasil na rota do terrorismo internacional. No tocante à Venezuela, descartou qualquer interferência militar no país e afirmou que o máximo a ser feito pelo governo “é participar do esforço conjunto internacional para que a democracia retorne ao país, mas com uma pressão diplomática, sem retaliações”. Sobre ambientalismo, foi categórico: “Não resta dúvida de que existe um aquecimento global. Não acho que seja uma trama marxista”. Por fim, a respeito das relações com os Estados Unidos, pediu cautela no alinhamento com a “potência hegemônica”, urgindo uma postura equidistante com relação aos chineses: “não é o caso de comprar brigas que não podemos vencer (...). Uma briga com a China não é uma boa briga, certo?”¹⁵⁵.

Três dias mais tarde, o presidente nacional do PSL, Luciano Bivar, declinou o convite feito, uma semana antes, pelo Partido Comunista Chinês para que correligionários do novo presidente visitassem a China, alegando “prazo exíguo” até o fim do ano¹⁵⁶. Na semana seguinte, no primeiro evento público após sua nomeação, o embaixador Araújo, falando ao Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, reiterou o apreço do novo governo pelas relações especiais com Trump, aliança construída a partir de uma visão de mundo comum: “Hoje vamos além de uma comunidade formal de valores, de democracia, para uma comunidade de sentimentos”¹⁵⁷. Ao que tudo indica, na luta – material e espiritual – contra o globalismo articulada pelo núcleo do próximo governo, não há espaço para manter as boas relações com a República Popular da China.

Considerações finais

A partir de 2019, o que veremos na política externa brasileira dependerá da correlação de forças entre os cinco Bs em torno dos quais se

estrutura a base de apoio a Jair Bolsonaro: Bíblia (os evangélicos), boi (os ruralistas), bala (os militares), bancos (os liberais) e Bolsonaro (os anti-globalistas). O grande desafio será entender que equilíbrio prevalecerá. A clivagem deverá ocorrer, na maioria dos temas, entre os dois grupos mais ideológicos (Bíblia e Bolsonaro), que enxergam a política externa, acima de tudo, como instrumento de realização espiritual ou identitária, e os dois grupos mais pragmáticos (boi e bancos), preocupados em manter uma conjuntura política tranquila, que assegure ao país os fluxos de comércio e investimentos necessários à recuperação econômica. O grande elemento de convergência entre os grupos é o antipetismo.

O Itamaraty, outrora principal formulador da política externa, terá o papel crucial de evitar excessos vindos do núcleo-duro da presidência. O termo “contenção de danos”, aliás, já vem sendo utilizado para descrever a importância da burocracia diplomática no contexto do próximo governo¹⁵⁸. A nomeação do embaixador Otávio Brandelli para a Secretaria-Geral do MRE, por exemplo, pode ajudar a resguardar o ímpeto de grupos governistas de desmontar os mecanismos de integração regional, uma vez que o nomeado é diretor do Departamento de Mercosul do Itamaraty¹⁵⁹. Mas a formulação também dependerá de como os grupos políticos se articulam em ministérios-chave, sobretudo nas funções comerciais da Fazenda. A indicação de Marcos Troyjo para a Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais da “superpasta” de Paulo Guedes sinaliza a prevalência do grupo liberal na condução das questões comerciais¹⁶⁰, orientado pelo desejo de se fortalecerem acordos bilaterais.

Espera-se, por outro lado, que o Congresso Nacional, onde habitam os principais articuladores das forças políticas indicadas acima, seja um palco central para os debates sobre política externa do próximo governo. Nesse sentido, as eleições para as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, deverão ganhar enorme relevância nesse processo. Diante da conturbada transição de governo, será fundamental observar em que medida o Itamaraty, talvez alinhado com os militares, cautelosos e mais conservadores, será capaz de manter as tradições diplomáticas do Brasil (autonomia, universalismo, multilateralismo) sob pressão de dentro do Executivo e, cada vez mais, do Legislativo.

NOTAS

1. Lopes, Dawisson e Faria, Carlos Aurélio. “Eleições Presidenciais e Política Externa”. *Estudos Internacionais*, vol. 2, no. 2, 2014.
2. The Guardian. “*The new Venezuela? Brazil populist Bolsonaro’s scare tactic gains traction*”, 11 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2018/oct/11/brazil-venezuela-jair-bolsonaro-workers-party>
3. Degaut, Marcos. “A política externa nas eleições de 2018: a grande ausência”. Nexo, 21 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/A-pol%C3%ADtica-externa-nas-ele%C3%A7%C3%B5es-de-2018-a-grande-aus%C3%A2ncia>
4. Ver Lessa, Antonio C. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, no. spe., 1998.
5. Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
6. Coligação O Povo Feliz de Novo (PT-PCdoB-PROS). “Plano de Governo 2019-2022”, 2018, p. 12.
7. PDT. “Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil”, 2018, p. 59.
8. Coligação Unidos para Transformar o Brasil (Rede/PV). “Brasil justo, ético, próspero e sustentável”, 2018, p. 18.
9. PSDB. “Um futuro de prosperidade está aberto a todos os brasileiros”, 2018, p. 8.
10. PSL. “O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo”, 2018, p. 79.
11. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao-Compilado.Htm
12. Ikenberry, G. John. “*The end of liberal international order?*”. *International Affairs*, vol. 94, no. 1, 2018.
13. PDT, 2018, op. cit, p. 59.

14. PSL, 2018, op. cit, p. 79.
15. Folha de S. Paulo, “Brasil sairá da ‘ONU comunista’ se eu for eleito, diz Bolsonaro”, 18 de agosto de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/brasil-saira-da-onu-comunista-se-for-eleito-diz-bolsonaro.shtml>
16. Lessa, 1998, op. cit.
17. Coligação O Povo Feliz de Novo, 2018, op. cit, p. 12.
18. PDT, 2018, op. cit, p. 59.
19. Coligação Unidos para Transformar o Brasil, 2018, op. cit, p. 38.
20. PSDB, 2018, op. cit, p. 8.
21. PSL, 2018, op. cit, p. 79.
22. Carta Capital. “Haddad: Brasil deve ajudar Venezuela a encontrar caminho pela democracia”, 3 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/haddad-brasil-deve-ajudar-venezuela-a-encontrar-caminho-da-democracia>
23. UOL. “Haddad defende solução democrática para Venezuela e critica EUA”, 15 de outubro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/15/haddad-defende-solucao-democratica-para-venezuela-e-critica-eua.htm>
24. Poder 360. “Comprova: meme mistura e distorce frases ditas por Ciro Gomes”, 18 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.poder360.com.br/eleicoes/comprova-meme-mistura-e-distorce-frases-ditas-por-ciro-gomes/>
25. Boletim da Liberdade. “Ciro Gomes critica oposição venezuelana: ‘fascista, neonazista, entreguista’”, 29 de maio de 2018. Disponível em <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/05/29/ciro-gomes-critica-oposicao-venezuelana-fascista-neonazista-entreguista/>
26. <https://twitter.com/marinasilva/status/1024495869301870592>
27. “REDE manifesta seu repúdio ao governo autoritário de Nicolás Maduro”, 30 de julho de 2017. Disponível em <http://redesustentabilidade.org.br/2017/07/30/rede-manifesta-seu-repudio-ao-governo-autoritario-de-nicolas-maduro-2/>

28. Exame. “Eleições 2018: o que pensa Geraldo Alckmin sobre política externa”, 24 de setembro de 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/eleicoes-2018-o-que-pensa-geraldo-alckmin-sobre-politica-externa/>
29. Brasil de Fato. “Filho de Bolsonaro ameaça entrar em guerra contra a Venezuela”, 24 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/24/filho-de-bolsonaro-ameaca-entrar-em-guerra-contra-a-venezuela/>
30. O Estado de S. Paulo. “Acordo bilateral pode substituir Mercosul, diz deputado”, 20 de outubro de 2018. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-bilateral-pode-substituir-mercosul-diz-deputado-luiz-philippe-de-orleans-e-braganca,7000255264>
31. Folha de S. Paulo. “Colômbia sugere aliança com Bolsonaro para derrubar Maduro”, 19 de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/colombia-sugere-alianca-com-bolsonaro-para-derrubar-maduro.shtml>
32. Coligação O Povo Feliz de Novo, 2018, op. cit, p. 12.
33. PDT, 2018, op. cit, p. 59.
34. Coligação Unidos para Transformar o Brasil, 2018, op. cit, p. 38.
35. Valor Econômico. “Brasil deve mirar TPP e Aliança do Pacífico, diz coordenador de Alckmin”, 15 de maio de 2018. Disponível em <https://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20180515/281668255622584>
36. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/901143413587890176>
37. <https://twitter.com/bolsonarosp/status/746333095012470784>
38. PSL, 2018, op. cit, p. 79.
39. Folha de S. Paulo. “Bolsonaro quer formar ‘bloco liberal’ na América Latina”, 22 de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/bolsonaro-quer-formar-bloco-liberal-na-america-latina.shtml>
40. Valor Econômico. “Paulo Guedes diz que Mercosul não é prioridade de Bolsonaro”, 29 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5955237/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-e-prioridade-de-bolsonaro>

41. PDT, 2018, op. cit, p. 60.
42. Xinhua. “Candidata brasileira Marina Silva afirma que relações com a China devem ser ampliadas”, 9 de junho de 2018. Disponível em http://portuguese.xinhuanet.com/2018-06/09/c_137241755.htm
43. Exame. “Eleições 2018: o que pensa Marina Silva sobre política externa”, 22 de setembro de 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/eleicoes-2018-o-que-pensa-marina-silva-sobre-politica-externa/>
44. Reuters, “Brazil’s Alckmin to follow pragmatic trade policy: running mate”, 8 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-alckmin/brazils-alckmin-to-follow-pragmatic-trade-policy-running-mate-idUSKBN1KT2OL>
45. Folha de S. Paulo. “Plataforma econômica de Alckmin propõe abertura comercial gradual”, 23 de julho de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/plataforma-economica-de-alckmin-propoe-abertura-comercial-gradual.shtml>
46. Gazeta do Povo. ““Bolsonaro teme o avanço chinês no Brasil. Ele está certo?”, 1 de março de 2018. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/bolsonaro-teme-o-avanco-chines-no-brasil-ele-esta-certo-4jhhllfsj7jaowe4tfsm3e83e>
47. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/939867914840215552>
48. Exame. “A República Popular da China não gostou desta viagem de Bolsonaro”, 16 de março de 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/a-republica-popular-da-china-nao-gostou-desta-viagem-de-bolsonaro/>
49. Estado de S. Paulo, “Em editorial, China faz alerta a Bolsonaro e diz que custo pode ser grande para o Brasil”, 31 de outubro de 2018. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-editorial-china-faz-alerta-a-bolsonaro-e-diz-que-custo-pode-ser-grande-para-o-brasil,70002576662>
50. Partido Democrático Trabalhista. “Diáspora e Israel”, s/d. Disponível em <http://www.pdt.org.br/index.php/diaspورا-e-israel-2/>
51. “Em nota, PSOL reafirma apoio à luta do povo palestino”, 3 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://psol50.org.br/em-nota-psol-reafirma-apoio-a-luta-do-povo-palestino/>

52. Partido dos Trabalhadores. “Comunicado contra a declaração de mudança da embaixada dos EUA para Jerusalém”, <http://www.pt.org.br/blog-secretarias/comunicado-contr-a-declaracao-de-mudanca-da-embaixada-dos-eua-para-jerusalem/>
53. Entrevista de Marina Silva a Glenn Greenwald, do The Intercept, 14 de setembro de 2018. Disponível em <https://theintercept.com/2018/09/14/marina-silva-entrevista/>
54. Pesaro, Floriano. “A certeza inabalável de defender Israel”, 17 de maio de 2018. Disponível em <http://glorinhacohen.com.br/?p=43584>
55. BOL, “PSDB contrasta com PT e rejeita opinar sobre Oriente Médio”, 8 de janeiro de 2009. Disponível em <https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2009/01/08/psdb-contrasta-com-pt-e-rejeita-opinar-sobre-oriente-medio.jhtm>
56. Folha de S. Paulo. “Alckmin tem apoio da comunidade judaica maior que Bolsonaro, diz líder”, 11 de setembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/alckmin-tem-apoio-da-comunidade-judaica-maior-que-bolsonaro-diz-lider.shtml>
57. Partido dos Trabalhadores. “Comunicado sobre violência na Palestina”, 15 de maio de 2018. Disponível em <http://www.pt.org.br/blog-secretarias/comunicado-sobre-a-violencia-na-palestina/>
58. Pragmatismo Político. “Bolsonaro elogia Israel e pede desculpas por posicionamento do Brasil”, 31 de julho de 2014. Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/07/bolsonaro-elogia-israel-e-pede-desculpas-por-posicionamento-brasil.html>
59. <https://www.youtube.com/watch?v=2RLy8qqHuJg>
60. Gospel Prime, “PSC investe em relação com Israel”, 10 de maio de 2016. Disponível em <https://noticias.gospelprime.com.br/psc-relacao-com-israel-viagem-bolsonaro/>
61. Gospel Prime, “Jair Bolsonaro é batizado por pastor no rio Jordão”, 12 de maio de 2016. Disponível em <https://noticias.gospelprime.com.br/jair-bolsonaro-batizado-rio-jordao/>
62. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/qual-e-a-ideia-religiosa-que-une-jair-bolsonaro-e-donald-trump-em-relacao-a-israel-1437tgl-t3ek7512e3m1f2atuf/>

63. Gospel Prime. “Brasil está contra Israel na ONU e isso traz maldição ao país, alerta pastora”, 28 de abril de 2017. Disponível em <https://noticias.gospelprime.com.br/brasil-contra-israel-onu-maldicao/>
64. https://www.chamada.com.br/mensagens/israel_maior_sinal.html
65. Gospel Prime. “Líderes evangélicos querem que Brasil transfira embaixada em Israel para Jerusalém”, 7 de dezembro de 2017. Disponível em <https://noticias.gospelprime.com.br/lideres-querem-que-brasil-transfira-embaixada-em-israel-para-jerusalem/>
66. <https://www.youtube.com/watch?v=Hy4QrPOIVSI>
67. <https://www.youtube.com/watch?v=GU0qkdaZTPA>
68. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/939942729383018496>
69. <https://www.youtube.com/watch?v=neqwcKdZ5W8>
70. Araújo, Ernesto. “Trump e o Ocidente”. *Cadernos de Política Exterior*, vol. 3, no. 6, 2017.
71. <http://sensoincomum.org/2017/12/08/anti-globalista-exemplo-de-israel/>
72. Casarões, Guilherme e Vigevani, Tullo. “O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira”. *História*, vol. 33, no. 2, 2014.
73. O Povo. “Bolsonaro diz que, se eleito, vai retirar embaixada da Palestina do Brasil”, 7 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/ae/2018/08/bolsonaro-diz-que-se-eleito-vai-retirar-embaixada-da-palestina-do-br.html>
74. Sputnik Brasil. “Palestino diz que Bolsonaro precisa estudar após ameaça de retirar embaixada de Brasília”, 10 de agosto de 2018. Disponível em <https://br.sputniknews.com/brasil/2018081011925981-bolsonaro-embaixada-palestina/>
75. Avritzer, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
76. El País Brasil. “TSE barra candidatura de Lula, mas libera programa só com Haddad na TV”, 1 de setembro de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/politica/1535731172_241117.html
77. Nobre, Marcos. “Tempo eleitoral: modos de usar”. *Revista Piauí*, 15 de agosto de 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/tempo-eleitoral-modos-de-usar/>

78. El País Brasil. “WhatsApp, uma arma eleitoral sem lei”, 21 de outubro de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/tecnologia/1539899403_489473.html
79. “Arrastão da direita redefine o país”. *Revista Piauí*, 8 de outubro de 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/arrastao-da-direita-redefine-o-pais/>
80. Nicolau, Jairo. “O triunfo do bolsonarismo”. *Revista Piauí*, edição 146, novembro de 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>
81. Seleme, Ascânio. “O paradoxo Haddad”. *O Globo*, 16 de setembro de 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/o-paradoxo-haddad-23072845>
82. Vice Brasil. “Bolsonaro não é o Trump brasileiro. Ele é o Duterte”, 19 de outubro de 2018. Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/zm97ax/bolsonaro-nao-e-o-trump-brasileiro-ele-e-o-duterte
83. <https://twitter.com/bolsonarosp/status/988436339023667200>
84. Nilsen, Alf Gunvald. “An authoritarian India is beginning to emerge”. *The Wire*, 31 de agosto de 2018. Disponível em <https://thewire.in/politics/an-authoritarian-india-is-beginning-to-emerge>
85. Ver, entre outros, editorial do *Wall Street Journal*, “Turkey’s authoritarian choice”, 24 de junho de 2018. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/turkeys-authoritarian-choice-1529878097>
86. Época. “Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos”, 6 de outubro de 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>
87. Reuters. “With more Islamic schooling, Erdogan aims to reshape Turkey”, 25 de janeiro de 2018. Disponível em <https://www.reuters.com/investigates/special-report/turkey-erdogan-education/>
88. Posner, Sarah. “The Tea Party’s religious roots exposed”. *The Guardian*, 12 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/belief/2010/oct/12/tea-party-religious-right>
89. Cremer, Tobias. “Defenders of the Faith: why right-wing populists are embracing religion”. *New Statesman*, 30 de maio de 2018. Disponível em <https://www.newstatesman.com/2018/05/defenders-faith-0>

90. Ver Soroka, George. “*Putin’s Patriarch: does the Kremlin control the Church?*”. *Foreign Affairs*, 11 de fevereiro de 2016; Stroop, Christopher. “*Putin Wants God (or at least the Church) on His Side*”. *Foreign Policy*, 10 de setembro de 2018. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2018/09/10/putin-wants-god-or-at-least-the-church-on-his-side/>
91. Época. “Analistas de fora do Brasil associam Bolsonaro a tendência global de populismo ultradireitista”. 10 de outubro de 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/analistas-de-fora-do-brasil-associam-bolsonaro-tendencia-global-de-populismo-ultradireitista-23144036>
92. Magalhães, David. “Quem tem medo do globalismo?”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de novembro de 2018. Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/quem-tem-medo-do-globalismo/>
93. Bernardin, Pascal. *O Império Ecológico (ou a subversão da ecologia pelo globalismo)*. Campinas: Vide Editorial, 2015.
94. Carvalho, Olavo de e Dugin, Alexandre. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial*. Campinas: Vide Editorial, 2012.
95. Para versões mais conspiratórias deste argumento, ver Jasper, William F. *Global Tyranny... step by step: the United Nations and the Emerging New World Order*. Appleton: Western Islands, 1992; Kincaid, Cliff. *Global Bondage: the UN plan to rule the world*. Dallas: Vital Issues, 1995.
96. Carvalho, Olavo de. *O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
97. Araújo, 2017, op. cit.
98. Politico, “*Welcome to Europe’s ‘club’ for populists*”, 9 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.politico.eu/article/euroskeptics-stein-bannon-michael-modrikamenwelcome-to-europes-first-populist-club/>
99. BBC News Brasil. “Steve Bannon declara apoio a Bolsonaro, mas nega vínculo com campanha: ‘ele é brilhante’”, 26 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45989131>
100. <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1025484112470179840>
101. G1. “Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral”. 28 de outubro de 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>

102. Uol. “Líderes internacionais parabenizam Bolsonaro pela vitória”, 29 de outubro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/deutschewelle/2018/10/29/lideres-internacionais-parabenizam-bolsonaro-pela-vitoria.htm>
103. Correio do Povo. “Macri parabeniza Bolsonaro e defende trabalho conjunto”, 28 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2018/10/664916/Macri-parabeniza-Bolsonaro-e-defende-trabalho-conjunto>
104. <https://twitter.com/matteosalvinimi/status/1056672554520375297>
105. <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1056885392522260480>
106. <https://twitter.com/netanyahu/status/1056989327434137600>
107. O Globo. “Netanyahu confirma presença na posse de Bolsonaro”, 29 de outubro de 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/netanyahu-confirma-presenca-na-posse-de-bolsonaro-23269924>
108. <https://twitter.com/filgmartin/status/1056988893197881349>
109. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1058079511395401728>
110. <https://www.israelhayom.co.il/article/604385>
111. <https://twitter.com/netanyahu/status/1058230060988022786>
112. Isto É. “Palestinos atacam decisão de Bolsonaro sobre Jerusalém”, 2 de novembro de 2018. Disponível em <https://istoe.com.br/palestinos-atacam-decisao-de-bolsonaro-sobre-jerusalem/>
113. <https://twitter.com/DSZuhri/status/1058232515603775488>
114. TRT. “OCI rejeita decisão do Brasil de transferir sua embaixada para Jerusalém”, 4 de novembro de 2018. Disponível em <http://www.trt.net.tr/portuguese/america-latina/2018/11/04/oci-rejeita-decisao-do-brasil-de-transferir-sua-embaixada-para-jerusalem-1081131>
115. UOL Notícias. “Catar pede a Bolsonaro que não transfira embaixada em Israel para Jerusalém”, 3 de novembro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/11/03/catar-pede-que-bolsonaro-nao-transfira-embaixada-em-israel-para-jerusalem.htm>
116. Folha de S. Paulo, “Declaração de Bolsonaro faz Egito cancelar viagem de comitiva brasileira”, 5 de novembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/apos-declaracoes-de-bolsonaro-egito-cancela-viagem-de-comitiva-brasileira.shtml>

117. Ver Hannun, Rubens. “Nosso país sempre atuou pela resolução de conflitos”. *Folha de S. Paulo*, 10 de novembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/11/o-brasil-deve-transferir-sua-embaixada-em-israel-para-jerusalem-como-propos-jair-bolsonaro-nao.shtml>
118. Goulart, Josette. “Fazendo a egípcia”. *Revista Piauí*, 14 de novembro de 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/fazendo-a-egipcia/>
119. UOL. “Rcuperero: ideologia do governo Bolsonaro é tosca e pode prejudicar Brasil”. 3 de dezembro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/12/03/ideologia-do-governo-bolsonaro-e-tosca-e-prejudicaria-brasil-diz-ricupero.htm>
120. Folha de S. Paulo. “Não é o caso de comprar brigas que não podemos vencer, diz Hamilton Mourão”, 23 de novembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/nao-e-o-caso-de-comprar-brigas-que-nao-podemos-vencer-diz-hamilton-mourao.shtml>
121. Folha de S. Paulo. “Assessor de Rodrigo Maia desponta como candidato a chanceler de Bolsonaro”, 31 de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/assessor-de-rodriigo-maia-desponta-como-candidato-a-chanceler-de-bolsonaro.shtml>
122. Ramos Filho, Hélio V. e Dantas, Marcelo O. “Política externa sem pedaladas diplomáticas”. *Correio Braziliense*, 30 de outubro de 2018. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/30/interna_politica,716407/artigo-politica-externa-sem-pedaladas-diplomaticas.shtml
123. Folha de S. Paulo. “Chefe de departamento do Itamaraty usa blog para fazer campanha para Bolsonaro”, 1º de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/chefe-de-departamento-do-itamaraty-usa-blog-para-fazer-campanha-para-bolsonaro.shtml>
124. Araújo, 2017, op. cit.
125. Conversa Afiada. “Olavo de Carvalho indicou o novo chanceler”, 15 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.conversaafiada.com.br/politica/olavo-de-carvalho-indicou-novo-chanceler>
126. Veja. “Embaixador é o favorito para chefiar Itamaraty no governo Bolsonaro”, 7 de novembro de 2018. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/embaixador-e-o-favorito-para-comandar-itamaraty-no-governo-bolsonaro/>

127. Graça Lima, José. “Por uma política externa construtiva”. *O Globo*, 6 de novembro de 2018.
128. Valor Econômico. “Cotado, Graça Lima faz defesa do Itamaraty”, 14 de novembro de 2018.
129. O Antagonista. “Bolsonaro desconhece novo nome para o Itamaraty”, 7 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.oantagonista.com/brasil/bolsonaro-desconhece-novo-nome-para-o-itamaraty/>
130. <https://twitter.com/filgmartin/status/1060301788316868608>
131. <https://twitter.com/filgmartin/status/1060191766211637248>
132. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1062773135890624513>
133. <https://twitter.com/LeticiaCatel/status/1062828499680092161>
134. Reuters. “Diplomatas reagem mal à indicação de Araújo ao Itamaraty e apontam quebra de hierarquia”, 14 de novembro de 2018. Disponível em <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1NJ379-OB RTP>
135. Araújo, Ernesto. “Querer grandeza”. *Metapolítica* 17, 3 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.metapoliticabrasil.com/blog/querer-grandeza>
136. Araújo, Ernesto. “Sequestrar e perverter”. *Metapolítica* 17, 12 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.metapoliticabrasil.com/blog/sequestrar-e-perverter>
137. Correio Braziliense. “Ambientalistas e europeus questionam escolha do novo chanceler”, 17 de novembro de 2018. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/17/interna_politica,719978/ambientalistas-e-europeus-questionam-escolha-de-ernesto-araujo.shtml
138. <https://twitter.com/MarinaSilva/status/1063483186766860288>
139. <https://www.facebook.com/bolsonaro.enb/videos/por-aquecimento-global-para-quemdonald-j-trump-retirou-os-eua-do-acordo-de-paris/814659805393312/>
140. Terra. “Bolsonaro diz que pode retirar Brasil do Acordo de Paris”, 3 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/bolsonaro-diz-que-pode-retirar-brasil-do-acordo-de-paris-se-eleito,caed370c41ae259fed93471d92371014mzabk7wj.html>

141. O Globo. “Bolsonaro diz que pediu cancelamento da COP-25 no Brasil e cita “Triplo A””, 28 de novembro de 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-pediu-cancelamento-da-cop-25-no-brasil-cita-triplo-a-23266445>
142. <https://twitter.com/MarinaSilva/status/1068149389225586691>
143. Brasil de Fato. “Celso Amorim sobre novo chanceler: “O debate será impossível””, 15 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/15/celso-amorim-sobre-novo-chanceler-o-debate-sera-impossivel/>
144. <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1064288306773590016>
145. Araújo, Ernesto. “Mandato popular na política externa”. *Gazeta do Povo*, 25 de novembro de 2018.
146. Carta Capital. “Em Whatsapp de diplomatas, chanceler é chamado de “pastor tarja preta””, 28 de novembro de 2018.
147. <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1066853589216309248>
148. <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1067637284831404032>
149. <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1068987214695145474>
150. <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1069145261497294849>
151. Folha de S. Paulo, “Militares falharam em não combater comunismo, diz Olavo de Carvalho em 1ª Cúpula Conservadora”, 8 de dezembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/militares-falharam-em-combater-comunismo-diz-olavo-de-carvalho-em-la-cupula-conservadora.shtml>
152. Folha de S. Paulo, “Eduardo Bolsonaro diz que mudança de embaixada brasileira para Jerusalém está decidida”, 27 de novembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/eduardo-bolsonaro-diz-que-mudanca-de-embaixada-brasileira-para-jerusalem-esta-decidida.shtml>
153. Valor Econômico. “Eduardo Bolsonaro propõe ação contra a Venezuela”, 27 de novembro de 2018.
154. Folha de S. Paulo. “Bolsonaro diz ter debatido Venezuela, Cuba e Jerusalém com assessor de Trump”, 29 de novembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/bolsonaro-diz-ter-debatido-venezuela-cuba-e-jerusalem-com-assessor-de-trump.shtml>

155. Folha de S. Paulo. “Não é o caso de comprar brigas que não podemos vencer, diz Hamilton Mourão”, 23 de novembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/nao-e-o-caso-de-comprar-brigas-que-nao-podemos-vencer-diz-hamilton-mourao.shtml>
156. Terra. “Presidente do PSL declina de visita à China neste ano”, 26 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/presidente-do-psl-declina-de-visita-a-china-este-ano-por-prazo-exiguo,9d628735406f2835c7e291f6bbeee01dibkyu66d.html>
157. Folha de S. Paulo, “O céu é o limite para relação entre Brasil e EUA”, diz futuro chanceler”, 4 de dezembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/o-ceu-e-o-limite-para-relacao-entre-brasil-e-eua-diz-futuro-chanceler.shtml>
158. Exame. “Bolsonaro já compromete o Brasil no exterior”, diz Rubens Ricupero”, 23 de novembro de 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/bolsonaro-ja-compromete-o-brasil-no-exterior-diz-rubens-ricupero/>
159. <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1070435847282089985>
160. Interfarma. “Marcos Troyjo é anunciado secretário de Comércio Exterior no governo Bolsonaro”, 29 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.interfarma.org.br/noticias/1835>

SUMMARIO

Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro

O objetivo deste artigo é duplo. Em primeiro lugar, quer-se apresentar, de maneira organizada, as posições gerais e específicas sobre política externa por parte das principais candidaturas à presidência da República no Brasil, em 2018, mostrando o quadro estrutural e conjuntural dentro da qual tais posições se inserem. Em segundo lugar, deseja-se discutir os principais desafios da política externa brasileira no governo Bolsonaro, cuja candidatura trouxe importantes rupturas à tradição diplomática e às posições históricas do país.

RESUMEN

**Elecciones, política exterior y
los desafíos del nuevo gobierno brasileño**

El objetivo de este artículo es doble. En primer lugar, queremos presentar, de manera organizada, las posiciones generales y específicas sobre política exterior de los principales candidatos a la Presidencia de la República en las elecciones brasileñas de 2018, mostrando el marco estructural y coyuntural en el que dichas posiciones se insertan. En segundo lugar, pretendemos discutir los principales desafíos de la política exterior brasileña en el gobierno Bolsonaro, ya que su victoria acarreó importantes rupturas en la tradición diplomática y las posiciones históricas del país.

ABSTRACT

**Elections, Foreign Policy and the Challenges
of the New Brazilian Administration**

This article has a two-fold objective: First, we want to present, in an organized way, the general and specific foreign-policy stances of the main presidential candidates for the 2018 Brazilian elections, including the structural framework and scenario within which each position should be placed. Secondly, we intend to discuss the main challenges of Brazilian foreign policy in the Bolsonaro Administration, since his victory led to significant ruptures in the diplomatic tradition and historical positions of the country.